



RELAÇÃO ENTRE OS DEPUTADOS FEDERAIS DA 55ª LEGISLATURA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS

RELAÇÃO ENTRE OS DEPUTADOS FEDERAIS DA 55ª LEGISLATURA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS

Jéssica Padua Batista

Universidade Federal do Piauí (UFPI)

RESUMO

A presente pesquisa aborda a relação entre os deputados federais e os movimentos sociais considerando a origem da vida pública do político. Colhidas essas informações, analisaram-se quais partidos se destacavam com maior número de militantes de movimentos sociais em seus quadros e no que concerne a gênero, se havia diferença proporcional entre homens e mulheres oriundos de movimentos sociais no início da carreira política. Foi mensurado quantitativamente, através de pesquisa exploratória de dados coletados na internet e alcançados os seguintes resultados: em relação à filiação partidária havia a hipótese que partidos de esquerda, entre eles o PT, se sobressairiam, o que foi confirmado. Já em relação ao comparativo entre os gêneros, não havia hipótese pré-definida e constatou-se que as mulheres se destacaram e apesar de serem em menor número, proporcionalmente têm mais participantes de movimentos sociais entre elas.

PALAVRAS-CHAVE: Movimentos sociais. Deputados. Partidos. Gênero.

ABSTRACT

The present research deals with the relation between the federal deputies and the social movements considering the origin of the public life of the politician. When this information was gathered, it was analyzed which parties stood out with the greatest number of social movement activists in their cadres and with regard to gender if there was a proportional difference between men and women from social movements at the beginning of the political career. It was quantitatively measured through an exploratory research of data collected on the Internet and the following results were obtained: in relation to party affiliation there was the hypothesis that left parties, among them the PT, would stand out, which was confirmed. Regarding the comparative gender, there was no pre-defined hypothesis and it was found that women stood out and although they are in smaller numbers, proportionally have more participants of social movements between them.

KEYWORDS: Social movements. Members of Parliament. Political parties. Genre.



1 INTRODUÇÃO

A redemocratização do Brasil permitiu uma interação entre Estado e Sociedade Civil nunca vista antes, novos atores ganharam notoriedade e o próprio Estado se reformulou ao mudar de regime, com isso, o Estado passou a ter entre seus componentes, políticos surgidos de diversas origens cada qual com sua trajetória particular e com a possibilidade de líderes de Movimentos Sociais se destacarem e aceitarem que transitassem entre as esferas públicas.

A presente pesquisa aborda a relação entre os deputados federais da 55ª legislatura e os movimentos sociais considerando a origem da vida pública do político. Os dados em que se baseiam a pesquisa foram coletados online, inicialmente no site da câmara dos deputados onde foi possível construir uma lista de todos os deputados em exercício, do partido de cada um, bem como o gênero deles. As informações foram colhidas preferencialmente no site do político, caso este não tivesse site próprio, no site do partido e no Wikipédia. Em seguida computamos três fatores, a quantidade de políticos oriundos dos movimentos, independente de partido ou gênero, para determinar os números absolutos da contagem, a relação da origem do político e o partido, e por fim relaciona-se a trajetória e o gênero.

Primeiro verificou-se quantos deputados tinham iniciado a vida pública através dos movimentos sociais, com fim de avaliar a intersecção entre movimentos sociais e a câmara dos deputados que é formada pelos representantes do povo brasileiro e em alguma medida constitui a referência de representatividade da população. A primeira hipótese era que haviam sim indivíduos na linha tênue entre os MS e o Estado e que transitavam nas duas esferas, a segunda hipótese era que os partidos de esquerda tem maior interação com MS devido a origem sindical de grande parte dos seus filiados, analisaram-se quais partidos se destacavam com maior número de militantes de movimentos sociais em seus quadros.

E, por fim, analisou-se se a diferença no capital social entre os gêneros teria algum impacto na origem dos deputados considerando se são homens ou mulheres, analisando se proporcionalmente há mais mulheres que iniciaram a vida pública através dos movimentos sociais, se havia diferença proporcional entre homens e mulheres oriundos de movimentos sociais no início da carreira política.

Foi mensurado quantitativamente, através de pesquisa exploratória de dados coletados na internet e alcançados os seguintes resultados: em relação à filiação partidária havia a hipótese que partidos de esquerda, entre eles o PT, se sobressairiam, o que foi confirmado. Já em relação ao comparativo entre os gêneros, não



havia hipótese pré-definida e constatou-se que as mulheres se destacaram e apesar de serem em menor número, proporcionalmente têm mais participantes de movimentos sociais entre elas.

2 MOVIMENTOS SOCIAIS E ESTADO

Os estudos das teorias dos movimentos sociais estão em contínua transformação, processo correspondente à constante mutação da sociedade, visto que o homem por essência é um ser em evolução. As necessidades atuais são outras e isso reflete nas novas demandas dos movimentos sociais e a literatura precisa se aperfeiçoar para compreender como a interação entre Estado e sociedade civil avança. Os autores analisam momentos em que o Estado é visto como prescindível ou situações em que é considerado oponente, e assim as teorias ora enfatizam a organização interna e o funcionamento dos movimentos sociais ou quando se voltam para a relação sociedade-Estado estabelecem polos e relevam a simbiose entre esses atores.

O Brasil segue a mesma tendência, no período do regime militar haviam reivindicações relacionadas às classes, redistribuição de renda, direitos civis e políticos, período em que movimentos sindicais e estudantis se destacaram e inclusive militavam conjuntamente por demandas análogas, mantendo o Estado como inimigo comum e social. Com a redemocratização e ampliação dos direitos políticos a relação entre Estado e sociedade se reconfigura e seus contornos atenuam, e até se dissipam em certa medida, casos em que os ativistas agem dentro do Estado ou o governo amplia a liberdade dos movimentos manifestarem suas premissas.

Cardoso (1994) analisa a trajetória desses movimentos na literatura, ela separa em fases, mostrando as diversas roupagens dos movimentos em contrapartida à conjuntura histórica. Inicialmente, os MS eram vistos como um novo instrumento político, com finalidade distinta dos métodos tradicionais de se fazer política, marcado pela espontaneidade e quebra de paradigmas na política arcaica e revestida de clientelismo que era o modo de atuação dos governantes até então. Na segunda fase, devido à mudança de contexto no campo de atuação dos MS, estes precisaram se institucionalizar, desenvolvendo novas formas de gerenciamento das políticas públicas, e o retorno do pluripartidarismo, o que permitiu maior participação dos MS e abriu o Estado para um maior diálogo com os atores sociais.

Os meios, as pessoas e as reivindicações dos MS modificam e evoluem historicamente, tratando-se de uma instituição inventada, o MS poderia dissipar-se ou sofrer uma transformação para algum modelo de política completamente diferente, comparados com as formas de política conhecida

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



de base local. Os MS dependem intensamente de empreendedores políticos para sua eficácia e longevidade, uma vez que os MS tenham se constituído em um determinado panorama político, o padrão, a comunicação e a cooperação promovem sua adesão em outras situações semelhantes. (TILLY, 2010)

Os atores estão cada vez mais empenhados em reduzir o conflito, ampliando a interação entre eles, buscando a estabilidade do sistema, e a sociedade civil ganha mais espaço para suas reivindicações e os políticos profissionais com o aumento da estabilidade dos mecanismos tradicionais de eleição,

Assim, o reconhecimento e valorização de fatores “subjetivos” na democracia têm levado atores sociais e políticos a um consenso, cada vez maior, sobre a necessidade de evitar a fragmentação da sociedade e, em decorrência, evitar o questionamento da validade do sistema democrático. (BAQUERO, 2003, p. 83).

O espaço de convergência é bastante flexível para encorajar outros vínculos, agregar novos elementos, seja partido ou outros MS e modificando os critérios de organização externa, e paralelamente afeta os alicerces internos do movimento e do partido. Essas influências recíprocas também refletem sobre a própria interseção, uma vez que as variações registradas nas estruturas de partido e movimento social incentivam diversas intervenções que modernizam o ajuste, podendo até encerrá-lo. Os acontecimentos instituídos nesse meio colaboram incitando pactos também fora do ambiente principal do acordo. (MEZA & TATAGIBA, 2016)

As combinações dos atores que permeiam essa intersecção pretendem alterar a conjuntura política, gerando novas redes, estimulam novas uniões, intervêm em múltiplos tipos de organização com outros atores para alcançar mudanças políticas e afetar o Estado. O intervalo de confluência não funciona como limite entre os atores, mas sim como ambiente de acordo. À pendência da demarcação, a faixa de interseção não afasta nem caracteriza os atores, mas os envolve em torno de interesses, pautas e finalidades com capacidade de promover mudanças políticas. Assim, essa zona é adequada só para atrelar espaços basilares, mas também de agenciar conversações sobre táticas por alterações políticas, é o espaço intermédio, construído na associação entre o movimento e o partido, que permitiu abrandar a distância entre eles, sem suprimir as fronteiras que apoiam a exigência de autonomia de ambos (MEZA & TATAGIBA, 2016).

Mesmo com essa nova perspectiva ainda é um assunto delicado, devido à questões que mesmo com o intenso debate ainda não estão determinadas, como cooptação e desmobilização,



Uma vez que se tornam parte do Estado, os indivíduos precisam prestar contas das suas ações a interesses e atores que vão além do movimento social ao qual pertencem. Estão inseridos em uma hierarquia que limita a sua autonomia e que submete suas ações ao poder de veto de atores com uma lógica distinta, em especial a lógica da política partidária e da criação de coalizões de governo. O resultado pode ser que, ao entrar para o aparato estatal, ativistas de movimentos sociais passem a defender posições mais moderadas ou até contrárias à missão do movimento (ABERS; BULLOW, 2011, p.78).

Nem sempre é compreensível para sociedade civil esse novo comportamento, o que pode sugerir ruptura do indivíduo com suas origens.

Devido à complexidade do tema, Lavallo (2017) aponta que esse fenômeno deve ser analisado de forma *multiteórica*, considerando o pluralismo, o neoinstitucionalismo e a teoria dos MS. A composição dos encaixes que surgem da interação socioestatal, institucionalmente consolidados nesse plano intermediário compõem atribuições de agência, cujos atributos que os distinguem determinam o potencial de atuação dos atores aos que se reconhece agência em um âmbito de ação característico. Assim, poderes de agência não aparecem concluídos, decorrem de divergências, confronto, preparação, experiência e colaboração, possuem contornos diversos e cada domínio contrapõe a uma elaboração de elementos constituídos em situações distintas.

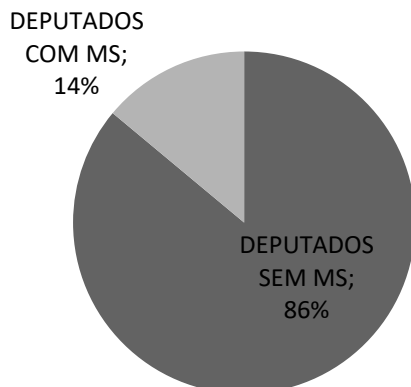
3 INTERSECÇÃO CÂMARA DOS DEPUTADO E MOVIMENTOS SOCIAIS

Acredita-se que com o processo de convívio democrático, ao longo do tempo, essa identificação tenda a aumentar. O que se observa, entretanto é uma estagnação e até um processo de desinstitucionalização dos partidos, Esses dados mostram que a capacidade de ampliar impulso para um maior engajamento político dos cidadãos não se dá através dos partidos políticos. A construção do capital social, tendo como estimulador os partidos, é mínima. Os cidadãos procuram outros meios de estímulo para envolver-se politicamente. De maneira geral, pode-se afirmar que os partidos fundamentam a representação de interesses muito mais na interação individualizada, motivo por que a grande parte dos eleitores carece de identidade ideológica. Não surpreende, portanto, que os cidadãos procurem outras estruturas de associação das suas necessidades. Nesse caso, podem ser apontadas as agregações secundárias e espontâneas (BAQUERO, 2003).

Daí surge a necessidade de analisar o histórico social dos parlamentares, e conhecer quais deles possuem conhecimento mais aprofundado as lutas políticas, sejam das classes sociais ou dos movimentos que buscam consolidar as próprias identidades na sociedade. O gráfico a seguir mostra a totalidade dos deputados, em cinza escuro os que têm origens variadas sem contar MS e na tonalidade

mais clara os deputados que participaram de MS no início da vida pública.

GRÁFICO 1 – DEPUTADOS ORIUNDOS DE MOVIMENTOS SOCIAIS



Fonte: Dados coletados pela autora na internet (2017).

Dos 513 deputados apenas 73 participaram de mobilizações da sociedade civil que totaliza um percentual de 13,95%, 1/6 dos políticos que representam os interesses da população já lutavam pelos direitos em arenas extra-parlamentares. Abers & Bullock (2011) mencionam um impasse que acontece dentro das instituições, porque mesmo os MS que compreendem as necessidades de ativistas no interior das instituições em regra não admitem que essas alianças, que muitas vezes, envolvem a construção de redes que cruzam as fronteiras entre Estado e sociedade, por falta de compreensão do limite da função estatal.

Com a intensa participação dos MS no processo de redemocratização foi natural a transição dos líderes para o Estado, porém a necessidade da análise decorre de que partidos que já existiam no regime autoritário continuaram no cenário tendo em vista que o pluripartidarismo, não vetou a participação dos referidos partidos, e assim, verificaremos quais partidos se destacam na promoção dos militantes sociais.

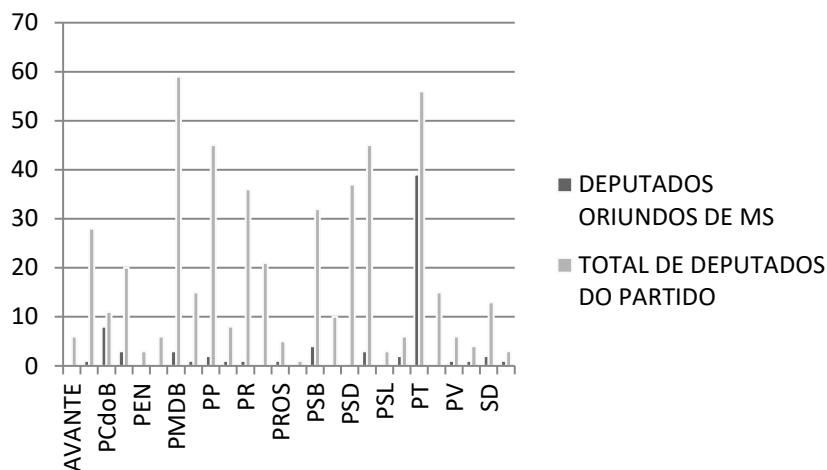
GRÁFICO 2 – RELAÇÃO ENTRE A ORIGEM DOS DEPUTADOS E OS PARTIDOS

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

"Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas"

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



Fonte: Dados coletados pela autora na internet, (2017)

O gráfico acima apresenta a relação entre os partidos e os deputados oriundos de movimentos sociais, percebe-se que a maior parte dos políticos com histórico de participação entre os movimentos sociais são partidos que se declaram à esquerda no cenário político, em destaque o PT, que de 56 deputados, 39 iniciaram a vida política em movimentos sindicais e/ou estudantis e em seguida o PC do B, que de 11 deputados, 8 eram de movimentos sociais, com as maiores proporções de militantes.

Com a abertura democrática e a maior permeabilidade do Estado, essa atuação institucional se intensificou, com o forte envolvimento dos movimentos na criação de novos espaços de participação no interior do Estado, a ocupação de postos na burocracia pública e a atuação nas eleições em favor de candidatos aliados ou lançando candidatos dos próprios movimentos. A presença do Partido dos Trabalhadores facilitava essa atuação institucional, principalmente quando o Partido se tornava governo. Nesse novo contexto, o desafio da análise estava em compreender como os movimentos sociais produziam mudanças em contextos democráticos e de que forma esse contexto impactava os movimentos. (MEZA; TATAGIBA, 2016, p 356).

Reflete um desdobramento dos movimentos classistas que ocorreram no fim do regime militar e a transição para o atual período democrático.

As distinções entre as formas de homens e mulheres se associarem precisam ser circunstanciadas para que compreendamos os efeitos das relações de gênero, ao contrário de entendê-las uma questão meramente de opção pessoal. Faz-se indispensável avaliar como as relações de gênero influenciam os moldes associativos de homens e mulheres e como esses, por sua vez, criam ocasiões políticas diversas para esses dois grupos. Preceitos e regras sociais constroem padrões participativos e interativos dos cidadãos e interferem diretamente seus resultados. O agrupamento de mulheres em grupos associativos mais homogêneos e com conhecimentos parecidos, voltados para o interesse da família e da comunidade não apenas demonstra as características da

relações de gênero e a separação social do trabalho entre homens e mulheres, mas também as reforça. Sacchet (2009).

GRÁFICO 3 – RELAÇÃO DE ORIGEM E GÊNERO



Fonte: Dados coletados pela autora na internet, (2017)

O total de deputados do gênero masculino é de 460 e desses 64 participavam ativamente de movimentos sociais, já entre as deputadas, gênero feminino, das 53 mulheres, nove são provenientes dos movimentos sociais. Apesar de a diferença parecer pequena, no caso, entre os homens aproximadamente 14% e entre as mulheres 17% integravam os quadros dos movimentos sociais, isso evidencia que é mais comum as mulheres se aproximarem da política após engajamento social (com base numa legislatura? Para afirmar isso seria interessante ter uma perspectiva longitudinal. A diferença percentual não é significativa a ponto de se fazer uma afirmação desse tipo)

A separação entre agentes políticos (homens) e agentes sociais (mulheres) contribui para firmar estereótipos e predefinir papéis em diferentes esferas da sociedade, que perpetua desigualdades de influência e poder. Mais do que celebrar o papel importante desempenhado pelas mulheres nos movimentos sociais, é necessário que sejam criadas iniciativas públicas e implementados mecanismos eficazes para promover politicamente as mulheres e encorajar maior interesse e envolvimento dos homens com as tarefas e iniciativas da família e da comunidade (SACCHET, 2009, p. 328).

Desde os anos 1970, nos projetos da política desenvolvimentistas o governo já destacava que “Investir na mulher é investir no social”, não significa que o trabalho feminino tenha menos valor, e sim que o gênero influencia na maneira de se articular politicamente. De fato, historicamente a participação feminina em MS como o das mães pela saúde e custo de vida, já refletia as demandas com as quais as mulheres mais se identificavam.



4 CONCLUSÃO

Afinal, ao avaliarmos a intersecção entre movimentos sociais e a câmara dos deputados que é formada pelos representantes do povo brasileiro e em alguma medida constitui a referência de representatividade da população; observamos que apenas 1/6 dos deputados iniciaram a carreira pública em movimentos sociais, e o grupo de parlamentares que militou nos movimentos sociais estão restritos a poucos partidos, partidos estes que tiveram maior destaque entre os sindicatos e os estudantes.

Outra conclusão importante é que o padrão dos partidos se repetiu entre as mulheres e da mesma forma que elas se destacaram em movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980 elas ainda tem maioria proporcional quando se trata de movimentos sociais.

Assim, movimentos sociais passaram de um conjunto de pessoas com reivindicações desordenadas em face do Estado a um grupo organizado que se articula negociando com os governantes, sem perder sua autonomia.

Laços, seja com representantes eleitos ou nomeados em um órgão estatal específico, com atores partidários ou com especialistas de subcampo de política pública, poderiam ser tomados como índice de capacidade político-relacional. Tais laços constituem índice adequado pois refletem alianças ou portas para arranjos organizacionais que podem facilitar ou dificultar as interações com atores civis, e tendem a aumentar ou bloquear suas chances de acesso ao Estado e à cristalização de suas demandas e interesses (Lavalle, 2017, p. 32).

Por tudo isso, apesar da literatura abordar o tema dessa interação constantemente ainda está longe de exaurir o assunto, principalmente diante da pouca pesquisa empírica na área, assim consideramos que iniciamos um tópico importante que dará margem a novas análises da dinâmica entre os atores do Estado e da Sociedade Civil. (As conclusões precisam ser melhor desenvolvidas)

REFERÊNCIAS

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

"Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas"

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



ABERS, Rebecca; BULOW, Marisa Von. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre estado e sociedade? **Sociologias**, Porto Alegre, v. 13, n. 28, p. 52-84, Dec. 2011. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222011000300004&lng=en&nrm=iso>. access on 28 Nov. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222011000300004>.

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, n. 76, p. 49-86, 2009. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452009000100003&lng=en&nrm=iso>. access on 28 Nov. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452009000100003>.

BAQUERO, Marcello. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, n. 21, p. 83-108, Nov. 2003. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782003000200007&lng=en&nrm=iso>. access on 28 Nov. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782003000200007>.

CARDOSO, Ruth C. L. **A trajetória dos movimentos sociais**, in: DAGNINO, Evelina (Org.) Anos 90, política e sociedade no Brasil. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.

MEZA, Humberto; TATAGIBA, Luciana. Movimentos sociais e partidos políticos: as relações entre o movimento feminista e o sistema de partidos na Nicarágua (1974-2012). **Opin. Publica**, Campinas, v. 22, n. 2, p. 350-384, Aug. 2016. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762016000200350&lng=en&nrm=iso>. access on 28 Nov. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-01912016222350>.

SACCHET, Teresa. Capital social, gênero e representação política no Brasil. **Opin. Publica**, Campinas, v. 15, n. 2, p. 306-332, Nov. 2009. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762009000200002&lng=en&nrm=iso>. access on 28 Nov. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762009000200002>.

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena**. Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980. 4a edição. São Paulo: Paz e Terra, 2010.